Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

A SEDE DO INSTITUTO HISTÓRICO: ORIGEM DA PROPRIEDADE

Publicado no site em 26/08/2019

Reprodução de fotografia do acervo do Prof. Dr. Ronaldo Marcos Bastos, por ele doada ao IHGRGS.

Luíz Alberto Cibils
Revista do IHGRGS, Porto Alegre, 1995, nº 131

O CAP.-MOR JOSÉ FRANCISCO DA SILVEIRA CASADO, quando realizou seu Testamento em 09.12.1820, declarou que residia no sobrado da Rua Riachuelo, permitindo-nos supor que haja construído o prédio que mais tarde pertenceria ao IHGRGS.

Nasceu na Ilha do Pico, Açores, em cuja freguesia foi batizado, filho de Francisco Pires Casado e de Felipa Antônia da Silveira Casado. Casado com D. Bibiana Josefa Bittencourt do Canto, nascida na Ilha Terceira, Freguesia da Conceição dos Cléricos, filha de Diogo Belmonte Ursúa de Montojos e D. Luiza Josefa Bittencourt do Canto.

Consultando diferentes genealogistas, concluímos que José Francisco Silveira Casado e sua mulher tiveram os seguintes filhos:

1. Pedro Pires da Silveira Casado, n. em Viamão, c/c Ana Clara Barbosa Menezes, em Porto alegre;
2. José Antônio da Silveira Casado, b. em Viamão a 22.01.1766, c/c Maria Eulália Veloso da Fontoura (suc. PA em 1787);
3. Francisco, n. a 02.04.1769 e b. dia 14 em Viamão;
4. Ana Francisca Borges da Silveira, n. 12.11.1769, b. em Viamão, c/c Vicente Ferreira Leitão em Porto Alegre;
5. Luisa Joaquina da Silveira, n. 25.08.1770, em Viamão, c/c Domingos de Almeida Lemos Peixoto, em Porto Alegre;
6. Isabel, n. 03.11.1772, b. no Oratório da Estância Grande e f. em Porto Alegre, a 14.06.1780;
7. António, b. em Viamão a 04.05.1775, falecido aos 7 dias;
8. António Pires Da Silveira, n. PA e c/c Joaquina Escolástica de Jesus em Cachoeira, no ano de 1799;
9. Manoel Pires da Silveira Casado, b. em Triunfo a 15.08.1799, c/c Rita de Mello Azevedo Coutinho em Triunfo no ano de 1800.

José Francisco da Silveira Casado, como Alferes, a 26.12.1766, foi eleito Procurador da Câmara de Viamão e, quatro anos depois, a lº de novembro, foi eleito Vereador da mesma câmara, sendo reeleito a 16.10.1774, residindo na Estância Grande.
Ao ano de 1778, ainda Alferes, a 29 de novembro elegeu-se Juiz Ordinário da Câmara de P. Alegre.

Concedidas por D. Luiz de Vasconcelos e Souza em 1781, recebeu campos na extenção de 3 léguas por uma, em Triunfo, denominados "N. Sra. do Terço", os quais se dividiam com a Estância do Cap. Manoel Bento da Rocha, até encontrar a extrema de João Francisco de Almeida e, deste, para o Sul, a encontrar-se com o Guaíba que fecha os ditos campos.

No mesmo posto, no ano de 1782, foi indicado em lº lugar para Cap. de Ordenanças na vaga de Francisco Pires Casado, que passara a Sargento-Mor.

A 26 de setembro de 1784, obteve registro de Carta de Sesmaria, passada pelo Vice-Rei, correspondente aos campos do outro lado do rio Guaíba, denominados N. Sra. do Terço. Essa estância incluía o arroio do Conde, que hoje atravessa a BR 116, a caminho da cidade de Guaíba e chegava até o Arroio dos Ratos. O arroio do Conde perpetuou o apelido do proprietário. Estes arroios constituem os limites Leste e Norte de Eldorado do Sul.

Registro de Provisão lhe foi concedida a 01.08.1786, para servir-lhe de Almoxarife da Fazenda Real deste continente e, bem assim, do auto que lhe deu posse.

Um requerimento do Furriel Joaquim Antônio de Oliveira em 20.06.1792, foi registrado e dirigido ao Brigadeiro Comandante do Continente, para abrir o novo caminho de tropas de animais. Esta estrada foi aberta pelos campos denominados Guaíba, do Cap. José Francisco, tendo uma picada até a beira do rio, defronte à Vila de Porto Alegre, saindo o gado pela ponta do Arsenal, onde mais tarde existiria um açougue.

Foi eleito Juiz Ordinário da Câmara de Porto Alegre em 01.10.1797. No ano de 1802, a 18.12, é registrada uma quitação pelo Tribunal da Junta da Fazenda da Capital ao Cap. Casado, do tempo em que serviu de Almoxarife da Fazenda Real do Continente.

Uma provisão é registrada a 30.09.1809 para Casado servir no emprego de Recebedor da Sisa, na Vila de Porto alegre.

Foi Tesoureiro da Mesa Administrativa da Santa Casa, conforme eleição realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre em 05.01.1815. Pediu demissão por motivo de doença em 09.01.1817. Quadro a óleo do Cap. pertencente à Santa Casa registra o seguinte: "Fundador do Templo da Misericórdia da capital de Porto Alegre". Seu filho Cap.-Mor Manoel Pires da Silveira foi provedor da Santa Casa (1831-1832).

Tendo realizado seu testamento a 09.12.1820, quando residia no sobrado da Rua Riachuelo, refere no mesmo o nome de sua falecida mulher, D. Bibiana Josefa e de seus filhos: Sarg.-Mor Manoel José Pires Casado, D. Ana Francisca da Silveira c/c Cap. Vicente Ferreira Leitão; D. Luiza da Silveira c/c Domingos de Almeida Lemos Peixoto e falecidos o Cel. José Antônio da Silveira Casado, e Pedro Pires Casado que foram representados pelos sucessores.

Com o falecimento do Cap. José Francisco, ocorrido a 16.01.1825, seu Testamento foi aprovado no mesmo mês, sendo seu Inventariante na ocasião, o Cap. Vicente Ferreira Leitão, casado com a filha daquele, Ana Francisca, os quais teriam realizado as reformas necessárias no prédio.

Silveira Casado, em seu Testamento, fez legados de 30 missas pelas almas dos escravos que faleceram em seu poder, com a esmola de 480 Réis além de ter realizado legados pois à Santa Casa e às viúvas e moças solteiras honestas.

Seu Inventário foi realizado no 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre no ano de 1846 e, entre outros bens, foi descrito "uma morada de casas de sobrado com sótão em cima, sitas nesta cidade na Rua da Ponte, com 6 portas na frente ao Norte e fundos na Rua do Poço e que vistas pelos respectivos avaliadores encontraram seu valor em "RS 6:000$000"... "Sendo necessária a importância de RS 1:472$442 para obras de reparo", perfazendo um total de RS 7:470$442." Declararam mais "uma dita morada de casas térreas na mesma frente, com os mesmos fundos, no valor de RS 800$000."

Procedida a avaliação, foi assim descrita: "A morada de casas de sobrado situada na Rua da Ponte, nesta cidade, com frente ao Norte na qual tem 6 janelas na sacada de cima e a casa de morada embaixo e um sótão em cima com 2 janelas, estando as casinhas fazendo fundos desta casa ao Sul e frente à Rua do Poço, pertencente aos herdeiros do finado Cap-Mor J.F.S. Casado, do qual era inventariante o Ten.-Cel Manoel de Macedo Brum, a qual casa acima enumerada a estimamos em RS 12:000$000 e mais 2 lances de casas pegadas ao Leste e muito velhas com a qual estimamos em RS 4:000$000."

Esse Inventário foi julgado por sentença de 28.02.1860, havendo recursos.

José de Araújo Fabrício ao estudar sua genealogia diz que José Francisco da Silveira Casado é uma das figuras mais interessantes da história rio-grandense. Era conhecido devido às suas liberalidades e aspecto nobilíssimo, pelo apelido de Conde da Cunha. Quando vieram para o Brasil, os Casado já eram homens de posses pecuniárias, mas José Francisco pelo seu espírito empreendedor, num trabalho assíduo, conseguiu ser uma das maiores fortunas de seu tempo. Possuía em sociedade com o Cap. Manoel Bento da Rocha, seis léguas de comprimento por uma de largo.

Não se deve confundir com o Conde da Cunha, 1º Vice-Rei do Brasil (1763-1767).

Em 1780, quando as terras localizadas na parte meridional do Guaíba até as margens do rio Camaquã, eram comandadas pelo Cap.-de-Cav. Auxiliar Evaristo Pinto Bandeira, encontramos o Cap. José Francisco da Silveira Casado possuindo o maior número de animais: 8.000 vacuns, 700 cavalares, 90 burros, 30 bois mansos, 100 mulas, 60 cavalos mansos e 300 ovelhas.

Herdeiros venderam partes da herança ao Cel. BIBIANO JOSÉ CARNEIRO DA FONTOURA, casado com Ana Barbosa de Macedo, que teria falecido na metade do séc. 18. Foi Provedor da Santa Casa (1841-1842) e teria residido no sobrado.

Bibiano nasceu em Porto Alegre a 18.08.1797, onde faleceu a 28.07.1861, sendo filho de José Antônio da Silveira Casado, natural de Viamão e de D. Maria Eulália Veloso Fontoura, natural do Rio Pardo, portanto, neto paterno do Cap-Mor José Francisco Casado e de D. Bibiana Bittencourt do Canto.

Com a escritura lavrada a 11.01.1868, no 1º Cartório da Capital, D. BERBARDA PIDES DE MACEDO, viúva do Ten.-Cel. Manoel Brum, Manoel Riopardense de Macedo e s/m D. Francisca Rodrigues de Macedo; Francisco Riopardense e s/m D. Francisca Lobato de Macedo; Joaquim Pereira de Macedo Couto e s/m D. Rita de Assunção de Macedo Couto, a primeira e os terceiros últimos residentes em Pedras Brancas (Guaíba ou El Dourado do Sul) e os segundos em São Gabriel, declaram, através de procurador que, por falecimento de seu marido, pai e sogro, Ten.-Cel. Manoel de Macedo Brum foi separado entre outros bens, para pagamento de dívidas do casal, "três lances de casas situadas na Rua da Ponte, hoje Riachuelo, desta cidade, com 6 portas inclusive o portão ao lado, na frente, com fundos à Rua São Jerônimo, onde também faz frente. Esses três lances de casas houveram por herança do finado avô o Cap. Francisco da Silveira Casado e, por isso, por meio dessa escritura as vendem ao Dr. THOMAZ LOURENÇO DE CAMPOS, pelo preço de RS 4:000$000".

No Distrito de Pedras Brancas, Manoel Macedo Brum, em 1854, abateu 1.180 reses e no ano seguinte 1.250.

D. Balbina Francisca da Fontoura Palmeira, n. em Itaqui em 1822 e f. em Porto Alegre a 15.08.1893, onde esta casou em primeiras núpcias a 26.08.1856 com o Cel. Bibiano José Carneiro da Fontoura, viúvo de Ana Barbosa de Macedo.

D. Balbina Francisca, em segundas núpcias, casou em Porto Alegre com Dr. Thomaz Lourenço de Carvalho Campos, n. em Porto Alegre a 23.07.1823, onde f. a 25.07.1883, filho de José Inácio de Lourenço, n. da Ilha de Santa Maria, e de D. Maria Maxima Lourenço de Carvalho, n. em Porto Alegre. Esse casal deixou dois filhos: Leopoldo n. a 05.03.1867 e f. a 25.10.1892 e Fernando, n. a 20.07.1869 e f. a 18.05.1905, ambos solteiros.

Em 1893 o prédio da Riachuelo pertencia a D. Balbina Palmeira de Campos, falecida, como dissemos, a 15 de agosto daquele ano.

Seus descendentes Major Manoel Palmeiro da Fontoura e s/m D. Clara Sá da Fontoura e Fernando Palmeiro de Campos, solteiro e de maior idade e estando na livre administração de seus bens, concordaram em fazer Escritura de Partilha dos bens ficados por morte da mãe e sogra dos mesmos. Incluiu-se nessa partilha os bens deixados por seu irmão Leopoldo Palmeiro de Campos, falecido anteriormente.

Ela foi realizada no 3º Tabelionato, fls. 86v. a 88, no Livro de Contratos, em 26.12.1893, sendo Tabelião João B. Pereira dos Santos.

Por essa partilha MANOEL PALMEIRO DA FONTOURA e s/m receberam as casas na Rua Riachuelo sob nºs 221, 223 e 225 e Fernando Palmeiro de Campos ficou com o sobrado, na mesma rua, sob nº 275,277 e 279, além do terreno sito na Rua Jerônimo Coelho.

Esta partilha foi registrada no Registro de Imóveis da 1ª Zona de P. Alegre, no Liv. 3AI, fls. 121, em 25.09.1942. Certidões da Prefeitura Municipal foram averbadas, alterando os números das propriedades sitas na Rua Riachuelo, na seguinte forma:

a) no registro 28.438, antigo 221, passou a ser 1.313;
b) no registro 28.439, antes nºs 283 e 285, tornaram-se 1.317 e 1.323;
c) no registro 28.440, os antes nºs 275, 277 e 279 transformaram-se em 1.297, 1.305 e 1.307.

Este último registro (28.440), em 25.09.1942, contém a informação de que essa propriedade tinha limite Oeste, com terreno que é ou foi da Sociedade Partenon Literário (Liv. 3AI, fls. 121). Este terreno é hoje ocupado pelas garagens do Palácio do Governo. O Partenon Literário fundado a 18.06.1868 teve um período áureo e. após 10 anos de pouca atuação, teria se dissolvido em maio de 1899.

O Gen. Manoel Palmeiro da Fontoura houve o prédio sito na Rua Riachuelo nºs 1291, 1305 e 1307, antigos nºs 275, 277 e 279, na devolução da herança dos bens pelo seu falecido irmão Fernando Palmeiro de Campos, cujo processo de inventário correu pelo Cartório da Provedoria local e julgado por sentença de 19.07.1905, que transitou em julgado. Esta propriedade foi assim descrita:

> "Um prédio de construção sólida, assobradado, com 2 lances térreos sob nºs 1297 e 1305 e dois superiores com uma entrada comum pelo n5 1307, na Rua Riachuelo, antigamente Rua da Ponte nºs 275, 277 e 279, com 3 portas de entrada e 3 ditas de sacada no andar térreo e 6 de sacadas de ferro no superior, limitando ao Norte, com a Rua Riachuelo numa extensão de 16,00m onde faz frente; ao Leste, com o prédio nº 1313 da mesma rua, pertencente também à mesma herança e o terreno do mesmo prédio, na extensão de 92,75m até encontrar a Rua Jerônimo Coelho; ao Sul, com a Rua Jerônimo Coelho, na extensão de 9,20m e, ao Oeste com um terreno doado pelo Estado RS ao Conservatório de Música, hoje Instituto de Artes, na extensão de 92,75m."

Por sua vez o finado Fernando Palmeira de Campos o houvera na partilha amigável procedida em Notas do 3º Cartório da Capital, Liv. 14 de Contratos, fls. 86v, em 26.12.1893, por falecimento de sua mãe D. Balbina Palmeira de Campos, ocorrido a 15.08.1893. Dona Balbina houvera uma terça parte desse imóvel no valor de RS: 065$449, em pagamento de sua meação do inventário de seu primeiro marido Cel. Bibiano J. Carneiro da Fontoura, cujo processo correu pelo 2º Cartório de Órfãos da Capital, no ano de 1861 e com sentença que transitou em julgado. As restantes duas terças partes deste imóvel, a mesma falecida D. Balbina houve, também, em pagamento de sua meação no inventário de seu segundo marido Dr. Thomaz Lourenço, cujo processo correu pelo 39 Cartório de Órfãos da Capital, no ano de 1883 e julgado por sentença de 24.04.1884, que transitou em julgado.

D. Balbina fora casada com o Dr. Thomaz, pelo regime de separação de bens, como, porém, aquelas duas terças partes do imóvel fossem pelo mesmo Thomaz adquiridas em seu nome na vigência de seu casamento com D. Bibiana e com rendimentos de bens da mesma Bibiana, mandou o Juiz do inventário que os bens nessas condições fossem considerados em comunhão, recebendo, ele então, a sua meação.

Manoel recebeu, ainda, 3 casas térreas de alvenaria de construção antiquíssima, na Rua Riachuelo nºs 1313, 1317 e 1323, antigamente 281, 283 e 285, que o Gen. Manoel os houvera por herança de sua mãe D. Balbina, que por sua vez as houve em pagamento de sua meação no inventário do 2º marido Dr. Thomaz.

O Dr. Thomaz L. C. Campos houve essas 3 casas por compra feita a D. Bernarda Pires de Macedo e seus filhos, como dissemos, através de escritura pública passada em Notas do 1º Cartório em 11.01.1868.

Os herdeiros do Gen. Manoel Palmeira da Fontoura, Fernando de Sá Palmeira da Fontoura e de D. Clara de Sá Palmeira da Fontoura, representados pelo Inventariante Manoel de Sá Palmeira da Fontoura, no 29 Tabelionato de P. Alegre, a 04.12.1942, fez dação em pagamento ao Estado RGS, de impostos de transmissão, taxas e juros, a casa de nºs 1297,1305 e 1307 e de nºs 1313,1317 e 1323, todos na Rua Riachuelo, medindo o terreno em que assentam essas casas em conjunto 25,10m no alinhamento da Rua Riachuelo ao Norte; 28,80m ao Sul, no alinhamento da Rua Jerónimo Coelho, lado par, dividindo-se pelo Oeste, na extensão de 92,75m, entre as duas ruas, com o imóvel pertencente por doação do Governo do Estado, ao Conservatório de Música, depois denominado Instituto de Artes e, pelo lado Leste com o prédio nº 1327, pertencente à sucessão de Ladislau Lopes Barcelos, na extensão de 44,00m, depois de propriedade da Família Mancuso e a seguir com dita da Irmandade São Miguel e Almas, até alcançar o alinhamento da Rua Jerônimo Coelho, sendo esta divisa de Leste, formada por linhas irregulares diversas.

Essa dação em pagamento inclui o Edifício de 2 pavimentos, com 3 portas e janelas no pavimento térreo e 6 portas com sacada de ferro no pavimento superior e, ainda, com 2 janelas no sótão.

O Estado esteve representado nesse ato pelo Procurador Fiscal, Dr. Fanor Azambuja Marsillac, devidamente autorizado pelo Interventor Federal Oswaldo Cordeiro de Farias a receber a dação em pagamento.

O IHGRGS funcionou nesse velho prédio mais de 20 anos, de setembro de 1943 a novembro de 1963, por cedência dos Interventores Federais Osvaldo Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles.

A seguir foi sancionada a Lei 348, de 15.10.1948, que permitiu ao Governador Walter Só Jobim fazer doação da mencionada propriedade ao IHGRGS.

Ela se concretizou através da Escritura de Doação passada a 06.01.1949, no Liv. 221, Fls. 31v a 33, no 2° Notário da Capital. O Estado nesse ato foi representado pelo Procurador Fiscal Dr. João Otávio Leiria, devidamente autorizado pelo Governador do Estado. O Registro deu-se no Registro de Imóveis da lª Zona, em 25.01.1949, Liv. 3-AV, fls. 20, sob nº 43.473, como já estudamos anteriormente.

Os Fontoura no Rio Grande do Sul são descendentes da linhagem do mesmo nome da então Vila de Chaves, Comarca de Tras-os-Montes, dando importantes homens a esse país e ao Brasil, pelo que nos informa Jorge Godofredo Felizardo.

João Carneiro da Fontoura foi fundador dessa linhagem no RGS, nascido em torno de 1679 na freguesia da Vila de Chaves, faleceu em Rio Pardo, com 90 anos, em 19.08.1769.

Seu filho do mesmo nome, Cap. de Dragões, n. no Rio de Janeiro, cerca de 1734 e falecido em 22.01.1810, em S. José do Norte. Casou na freguesia do Estreito a 01.05.1773 com D. Josefa Bernardina da Cunha Menezes, n. no Rio Grande a 08.11.1756, filha do Cap. João da Cunha, n. em Lisboa e de Antonia Maria de Jesuas, n. em Minas Gerais.

Tiveram muitos filhos, sendo que a 8ª Maria Josefa da Fontoura, n. em Rio Pardo e f. em P. Alegre, casou-se na Povoação do Norte a 25.04.1802 com o Cap., depois Cel. de Dragões João José Palmeiro a 31.03.1774, na freguesia S. Vicente Martir da Vila Franca de Xira, patriarcado de Lisboa e f. em P. Alegre a 02.03.1830. João José Palmeiro a 22.10.1796 era Guarda Marinha da Armada Portuguesa; como 2º Ten. a 19.12.1798, conheceu em S. José do Norte, em um baile no ano de 1801, D. Maria José Fontoura, com quem se casou. No Rio transferiu-se para o Exército, voltando ao Rio Grande como Oficial de Dragões. Foi Cap., Sarg.-Mor, falecendo como Cel. reformado. Tiveram 12 filhos. Dessa forma teve início no Rio Grande a família Palmeiro da Fontoura.

Herr Collenbusch – Um Amador Oitocentista em Porto Alegre

Ronaldo Marcos Bastos
Membro Pesquisador do IHGRGS

Além dos fotógrafos profissionais que atuavam na cidade em seus bem montados e concorridos estúdios, alguns cidadãos também se dedicaram a fotografia amadora. Entre os mais conhecidos destacamos Luis do Nascimento Ramos (Lunara), Luiz Souza Filho (Ziul) e Iowa.

Entretanto, existiu um fotógrafo amador que atuou entre nós nos últimos anos do Século XIX e inicio do Século XX e que até agora é desconhecido porém, suas imagens são magníficas e inéditas.

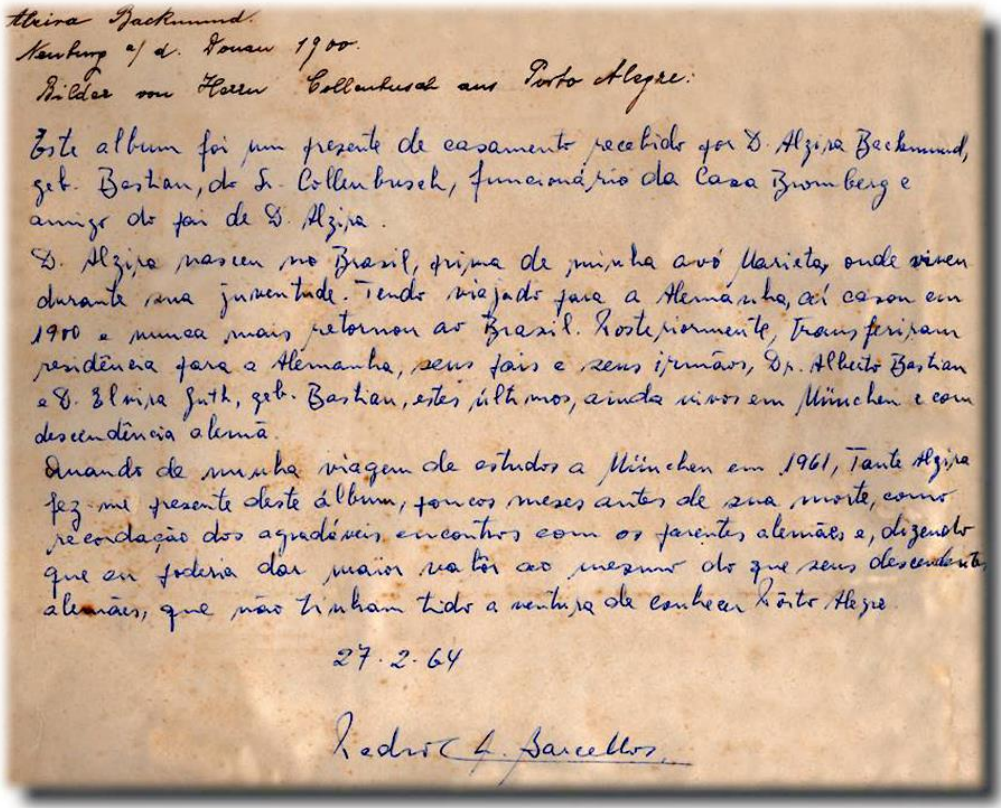
Collenbusch era alemão radicado em Porto Alegre, funcionário da Casa Bromberg e muito amigo do Sr. Azevedo Bastian, pai de Alzira Bastian. Alzira nasceu em Porto Alegre e era prima de Marieta Chaves Barcellos casada com o Comendador Chaves Barcellos. No final do Século XIX a família Bastian viajou para a Alemanha e lá, em 1900, Alzira casou-se adotando o sobrenome Backmund.

Como presente de casamento Herr Collenbusch deu para Alzira um álbum com 180 fotografias de sua autoria sendo 170 de Porto Alegre e as outras de Hamburgo Velho e arredores.

Em 1961 o Dr. Pedro Chaves Barcellos, neto de Marieta, vai para Munique realizar sua pós-graduação em Anatomia Patológica. Lá chegando, vai visitar Alzira e esta, já com avançada idade, lhe faz presente do álbum que havia ganho de casamento sob o pretexto que o mesmo seria muito mais aproveitado pelos parentes de Porto Alegre do que pela sua família que não tinha tido a ventura de conhecer nossa cidade. Alzira faleceu alguns meses depois desta visita.

Tive o privilégio de conhecer Pedro Chaves Barcellos em 1968 na antiga Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre na qual era professor. Ficamos amigos e acabamos por atuar no mesmo departamento. Ele como professor de Embriologia Médica e eu de Citologia e Histologia.

Em 1985, ao saber de meu interesse por fotografia oitocentista, Pedro disse que iria realizar em mim o desejo de Alzira em 1961. Deu-me o valioso álbum de presente dizendo que o mesmo seria muito mais útil em minhas mãos do que nas gavetas de sua casa.



Alzira Backmund
Hamburg a/d. Donau 1900.
Bilder von Herrn Collenbusch aus Porto Alegre.

Este album foi um presente de casamento recebido por D. Alzira Backmund, geb. Bastian, do Sr. Collenbusch, funcionário da Casa Bromberg e amigo do pai de D. Alzira.
D. Alzira nasceu no Brasil, prima de minha avó Marieta, onde viveu durante sua juventude. Tendo viajado para a Alemanha, aí casou em 1900 e nunca mais retornou ao Brasil. Posteriormente, transferiram residência para a Alemanha, seus pais e seus irmãos, Dr. Alberto Bastian e D. Elmira Guth, geb. Bastian, estes últimos, ainda vivos em München e com descendência alemã.
Quando de minha viagem de estudos a München em 1961, Tante Alzira fez-me presente deste álbum, poucos meses antes de sua morte, como recordação dos agradáveis encontros com os parentes alemães e, dizendo que eu poderia dar maior valor ao mesmo do que seus descendentes alemães, que não tinham tido a ventura de conhecer Pôrto Alegre.

27.2.64

Pedro C. Barcellos

Contracapa do Álbum de Herr Collenbusch com anotação feita por Pedro Chaves Barcellos em 27 de fevereiro de 1964

Herr Collenbusch – Autorretrato contido no álbum - 1892